PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUBPREFEITURA M' BOI MIRIM

TERMO DE CONTRATO Nº 21/SUB-MB/2024

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO N° 90003/SUB-MB/2024
PROCESSO ADMININISTRATIVO: 6045.2023/0003756-3
OBJETO: FORNECIMENTO DE CONCRETO USINADO
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO/SUBPREFEITURA M BOI MIRIM
CONTRATADA: GUARANI INDÚSTRIA, COMERCIO E SERVICOS LTDA

Aos Vinte e três dias do mês de Julho do ano de dois mil e vinte e quatro, na sede da Subprefeitura M Boi Mirim, presentes de um lado a PMSP/Prefeitura do Município de São Paulo/Subprefeitura M' Boi Mirim, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n° **05.510.098/0001-40**, situada a Avenida Guarapiranga, 1.695 - Parque Alves de Lima - CEP 04902-015 - São Paulo - SP, representada pelo senhor Subprefeito João Paulo Lo Prete portador da Cédula de Identidade n° 13.609.348 SSP , inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o n° 051.895.548-64, em conformidade com a Lei Municipal n° **13.399/02** e ora denominada **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **GUARANI INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n° 45.817.467/0001-67, situada à Avenida Paschoal Thomeu n° 1885 – Bairro Vila Nova Bonsucesso – UF SP – CEP 07.175-090 - Fone (11) 2436-1341 - e-mail licitacao1@guaranitubos.com.br, adjudicatária da licitação na modalidade Pregão Eletrônico n° **90003/SUB-MB/2024**, representada pelo senhor **LEONARDO PORTO MIGNELLA**, portador da Cédula de Identidade n° 43.728.180-2, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o n° 325.915.218-08, seu representante legal, conforme documento comprobatório apresentado, ora denominada **Contratada**, têm entre si contratado, em conformidade com a Lei Federal n° **14.133/2021** e Decreto Municipal n° **62.100/2022.**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **FORNECIMENTO DE CONCRETO USINADO.**
1.2. Deverão ser observadas as especificações e condições de prestação de serviços constantes do Termo de Referência - **Anexo II**, parte integrante deste edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORNECIMENTO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

2.1. Os fornecimentos serão programados pela Supervisão Técnica de Manutenção e deverão ser entregues em até **5** (cinco) dias uteis, contados a partir do dia seguinte a data de da Requisição/Pedido ou instrumento equivalente a ser emitida oportunamente pelo Fiscal do Contrato.
2.1.1. Local de entrega: Diversas locais sob jurisdição da Subprefeitura M Boi Mirim - São Paulo/SP, em horário comercial estabelecidos de acordo com a Requisição/Pedido ou instrumento equivalente.
2.2. O material deverá ser entregue de acordo com o ofertado na proposta, no local e horário discriminado no **Anexo II** - Termo de Referência deste Edital, correndo por conta da Contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento.
2.3. O descarregamento do objeto ficará a cargo da contratada no local, nas condições e prazos estabelecidos no **Anexo II** - Termo de Referência deste Edital, devendo ser providenciada a mão de obra necessária, se assim for, correndo por conta da mesma, qualquer prejuízo causado ao material em decorrência do transporte.

LEONARDO PORTO MIGNELLA:32591521808
Assinado de forma digital por LEONARDO PORTO MIGNELLA:32591521808
Dados: 2024.07.23 14:22:45 -03'00'

2.4. No ato da entrega, os produtos serão recebidos pelo fiscal da Contratante, para posterior verificação do atendimento às condições do **Anexo II** - Termo de Referência e da conformidade com a marca e/ou fabricante indicados na proposta.
2.5. Caso seja constatado que os produtos entregues apresentam irregularidades, não correspondem às especificações deste Edital ou não conferem com a marca e/ou fabricante declinados na proposta da Contratada ou estão fora dos padrões determinados, eles serão rejeitados e devolvidos, podendo a Administração rescindir a contratação ou determinar a substituição dos produtos, pelos corretos, no prazo de **3** (três) dias úteis, contados da comunicação, por escrito, mantido o preço contratado e sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e do **Anexo II** – Termo de Referência.
2.6. Caso as irregularidades digam respeito à diferença de quantidade ou de partes, a Administração poderá determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
2.7. Na hipótese de complementação, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de **5** (cinco) dias úteis contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
2.8. Eventuais danos às instalações e equipamentos da PMSP, decorrentes da entrega do material, deverão ser ressarcidos e/ou reparados pela **Contratada**, não cabendo qualquer contestação ou ônus a PMSP.
2.9. A documentação a ser entregue pelo fornecedor, é a seguinte:
a) Primeira Via da Nota Fiscal;
e) Nota Fiscal Fatura;
f) Cópia reprográfica da Nota de Empenho.
g) De acordo com o artigo 6º do Decreto Municipal nº **48.184/2007**, o contratado, em cada medição, como condição para recebimento, deverá apresentar os seguintes documentos:
a) notas fiscais de aquisição desses produtos;
b) na hipótese de o volume dos produtos minerários ultrapassar **3 m³** (três metros cúbicos), cópia da última Licença de Operação do empreendimento responsável pela extração dos produtos de mineração, emitida pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB, quando localizado no Estado de São Paulo, ou de documento equivalente, emitido por órgão ambiental competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, no caso de empreendimentos localizados em outro Estado;
2.9.1. Na hipótese de existir Nota de retificação e/ou Nota Suplementar de Empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos citados

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO CONTRATUAL

3.1. O prazo de execução do contrato terá duração de **12** (doze) meses, prorrogável por até **10** (dez) anos, na forma do artigo **107** da Lei Federal nº **14.133/2021** e do artigo **116** do Decreto Municipal nº **62.100/2022**, desde que haja concordância das partes, o contratado haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado.
3.1.1. Caso a Contratada não tenha interesse na prorrogação do ajuste deverá comunicar este fato por escrito à Contratante, com antecedência mínima de **90** (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.
3.1.2. Na ausência de expressa oposição, e observadas as exigências contidas nos incisos **I** e **II** do artigo **116** do Decreto Municipal nº **62.100/2022**, o ajuste será prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.
3.1.3. A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à Contratada o direito a qualquer espécie de indenização.

3.1.4. Não obstante o prazo estipulado no subitem **3.1**, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

CLÁUSULA QUARTA -DO PREÇO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE

4.1. O valor total estimado da presente contratação para o período de **12** (doze) é de R$ 456.453,60 (Quatrocentos e cinquenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos) sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	UNID	QTDE /MES	VALOR UNITÁRIO/(M³ (R$)	VALOR MENSAL ESTIMADO (R$)
1	CONCRETO USINADO, BRITA 1 E 2, SLUMP 5 + OU – 1cm, Fck = 25,0 Mpa	m³	20	501,89	120.453,60
2	CONCRETO USINADO, BRITA 1 E 2, SLUMP 5 + OU – 1cm, Fck = 30,0 Mpa	m³	50	560,00	336.000,00

4.2. Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela **Contratante** à **Contratada**.

4.3. Para fazer frente às despesas do Contrato, foi emitida a nota de empenho nº 82.675/2024, no valor de R$ R$ 228.226,80 (Duzentos e Vinte e Oito Mil e Duzentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta Centavos), onerando as dotações orçamentária nº **58.00.58.10.15.452.3022.2.339.3.3.90.39.00.00.1.500.9001.0** e do orçamento vigente, respeitado o princípio da anualidade orçamentária, devendo as despesas do exercício subsequente onerar as dotações do orçamento próprio.

4.4. Os preços contratuais serão reajustados, observada a **periodicidade anual** que terá como termo inicial a data da abertura da proposta de preços **14 de Junho de 2024**, desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.

4.4.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação *calculada sobre os valores unitários nos termos da Portaria SF **142/2023*** , pelo contratante, do **Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, nos termos da Portaria SF n.º 389/2017, bem como Decreto Municipal nº 57.580/2017**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.4.1.1. Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo e aquele acordado na cláusula **4.4.1** não geram, por si só, direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.4.2. Fica vedado qualquer novo reajuste pelo prazo de **1** (um) ano.

4.5. Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF n° **05/2012**, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a

LEONARDO PORTO MIGNELLA:32591521808 Assinado de forma digital por LEONARDO PORTO MIGNELLA:32591521808 Dados: 2024.07.23 14:23:06 -03'00'

necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

4.6. As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.7. Fica ressalvada a possibilidade de alteração da metodologia de reajuste, atualização ou compensação financeira desde que sobrevenham normas federais e/ou municipais que as autorizem.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. São obrigações da **CONTRATADA**:

a) Executar regularmente o objeto deste ajuste, respondendo perante a Contratante pela fiel e integral realização dos serviços contratados;

b) Garantir total qualidade dos serviços contratados;

c) Executar todos os serviços objeto do presente contrato, obedecendo as especificações e obrigações descritas no Termo de Referência, **Anexo II** do Edital de Licitação, que precedeu este ajuste e faz parte integrante do presente instrumento;

d) Fornecer mão de obra necessária, devidamente selecionada para o atendimento do presente contrato, verificando a aptidão profissional, antecedentes pessoais, saúde física e mental e todas as informações necessárias, de forma a garantir uma perfeita qualidade e eficiência dos serviços prestados;

e) Arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados, quando for o caso, que participem da execução do objeto contratual;

f) Enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do objeto contratual;

g) Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução dos serviços, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar à **Contratante** a ocorrência de tais fatos;

h) Responder por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, fiscal, administrativa, civil e comercial, resultantes da prestação dos serviços;

i) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

j) Responder por todo e qualquer dano que venha a ser causado por seus empregados e prepostos, à **Contratante** ou a terceiros, podendo ser descontado do pagamento a ser efetuado, o valor do prejuízo apurado;

k) Manter, durante o prazo de execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2. A **Contratada** não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. A **Contratante** se compromete a executar todas as obrigações contidas no Termo de Referência - **Anexo II** do Edital, cabendo-lhe especialmente:

a) Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem;

b) Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à **Contratada** as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

c) Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados, inclusive comunicando à **Contratada**, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança;

LEONARDO PORTO MIGNELLA:32591521808 Assinado de forma digital por LEONARDO PORTO MIGNELLA:32591521808 Dados: 2024.07.23 14:23:17 -03'00'

d) Exercer a fiscalização dos serviços, indicando, formalmente, o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual, inclusive no que tange a mão de obra que o integra, acompanhando a sua presença, fornecimento dos materiais, manutenção e etc, realizando a supervisão das atividades desenvolvidas pela contratada e efetivando avaliação periódica;
e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **Contratada**, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
f) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;
g) Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela **Contratada** de quaisquer cláusulas estabelecidas;
h) Exigir da **Contratada**, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;
i) Indicar e formalizar o(s) responsável(is) pela fiscalização do contrato, a quem competirá o acompanhamento dos serviços, nos termos do artigo **117** a **122** do Decreto Municipal n° **62.100/2022**;
j) Atestar mensalmente a execução e a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal Fatura a ser apresentada pela **Contratada**, para fins de pagamento;
k) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da contratada que estiver sem crachá, que embaraçar ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, bem assim a substituição de equipamentos, que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas.
6.2. A fiscalização dos serviços pelo Contratante não exime, nem diminui a completa responsabilidade da Contratada, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.
6.3. A **CONTRATANTE** poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos equipamentos e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas no edital/contrato.

CLÁUSULA SETIMA - DO PAGAMENTO
7.1. O prazo de pagamento será de **30** (trinta) dias, a contar da data da entrega de cada nota fiscal ou nota fiscal fatura e demais documentos nos termos da Portaria SF **170/2020**.
7.1.1. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.
7.1.2. Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a Contratada terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº **05/2012**.
7.2. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura, bem como de cópia reprográfica da nota de empenho, acompanhada, quando for o caso, do recolhimento do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do mês de competência, descontados os eventuais débitos da Contratada, inclusive os decorrentes de multas.
7.2.1. No caso de prestadores de serviço com sede ou domicilio fora do Município de São Paulo, deverá ser apresentada prova de inscrição no CPOM – Cadastro de Empresas Fora do Município, da Secretaria Municipal de Finanças, nos termos do artigo **9º-A** e **9º-B** da Lei Municipal nº **13.701/2003**, com redação da Lei Municipal n° **14.042/2005** e artigo **68** do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, em conformidade com o Decreto Municipal n° **53.151/2012**.
7.2.2. Não sendo apresentado o cadastro mencionado no subitem anterior, o valor do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre a prestação de serviços objeto do presente, será retido na fonte por ocasião de cada pagamento, consoante determina o artigo **9º-A** e seus parágrafos **1º** e **2º**, da Lei Municipal n° **13.701/2003**, acrescentados pela Lei Municipal n°

LEONARDO PORTO MIGNELLA:32591521808
Assinado de forma digital por LEONARDO PORTO MIGNELLA:32591521808
Dados: 2024.07.23 14:23:27 -03'00'

14.042/2005, e na conformidade do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, em conformidade com o Decreto Municipal n° **53.151/2012** e da Portaria SF n° **124/2012**.
7.3. Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos.
7.4. A Contratada deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:
a) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;
b) Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND – ou outra equivalente na forma da lei;
c) Certidão negativa de débitos de tributos mobiliários do Município de São Paulo;
d) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
e) Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura devidamente atestada;
f) Folha de Medição dos Serviços;
7.4.1. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.
7.5. Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.
7.6. A não apresentação de certidões negativas de débito, ou na forma prevista no subitem **7.4.3**, não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso.
7.7. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no **BANCO DO BRASIL S/A**, conforme estabelecido no Decreto n° **51.187/2010**.
7.8. Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal de Finanças, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

CLÁUSULA OITAVA - DO CONTRATO E DA EXTINÇÃO

8.1. O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal n° **14.133/2021**, do Decreto Municipal n° **62.100/2022**, e das demais normas complementares aplicáveis
8.2. O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo **117** da Lei Federal n° **14.133/2021**.
8.3. A **Contratante** se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do ajuste, nos termos do artigo **125** da Lei Federal n° **14.133/2021**.
8.4. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
8.5. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
8.6. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo **117** da Lei Federal n° **14.133/2021**, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
8.6.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigo **138** e **139** da Lei Federal n° **14.133/2021** mesma Lei.

CLÁUSULA NONA - DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

9.1. A execução dos serviços será feita conforme o Termo de Referência, **Anexo II** do Edital da licitação que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins.

LEONARDO PORTO MIGNELLA:32591521808
Assinado de forma digital por LEONARDO PORTO MIGNELLA:32591521808
Dados: 2024.07.23 14:23:37 -03'00'

9.2. A execução dos serviços objeto deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, pela **Contratante**, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme Cláusula Sétima.
9.2.1. A fiscalização será exercida de acordo com o Decreto Municipal n° **54.873/2014**.
9.3. O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo **140**, da Lei Federal n° **14.133/2021** e demais normas municipais pertinentes.
9.4. O objeto contratual será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no mês, emitido pela Contratada, sendo tal relatório submetido à fiscalização da Contratante, que, após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento, atestado esse que deverá ser acompanhado de fatura ou nota-fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho, para fins de pagamento.
9.5. Havendo inexecução de serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e ampla defesa.
9.5.1. O recebimento e aceite do objeto pela **Contratante** não exclui a responsabilidade civil da **Contratada** por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no **Anexo II**, verificadas posteriormente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES
10.1. Com fundamento no artigo **156**, incisos **I** a **IV**, da Lei Federal n° **14.133/2021**, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas no item **10.2** com as seguintes penalidades:
a) advertência;
b) impedimento de licitar e contratar; ou
c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
10.2. A **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes penalidades pecuniárias:
10.2.1. Multa **1%** (um por cento) sobre o valor do Contrato por dia de atraso no início da prestação de serviços, até o máximo de **10** (dez) dias.
10.2.1.1. No caso de atraso por período superior a **10** (dez) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da contratante, a rescisão contratual, por culpa da contratada, aplicando-se a pena de multa de **20%** (vinte por cento) do valor total do Contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de **3** (três) anos.
10.2.2. Multa por inexecução parcial do contrato: **20%** (vinte por cento), sobre o valor mensal da parcela não executada, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de **3** (três) anos.
10.2.3. Multa por inexecução total do contrato: **30%** (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de **3** (três) anos.
10.3. Se, por qualquer meio, independentemente da existência de ação judicial, chegar ao conhecimento do gestor do contrato uma situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, tais como salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, entre outros, previstos em lei ou instrumento normativo da categoria e constantes na planilha de composição de custo, caberá a autoridade apurá-la e, se o caso, garantido o contraditório, aplicar à contratada multa de **20%** (vinte por cento), sobre o valor da parcela não executada, pelo descumprimento de obrigação contratual e, persistindo a situação, o contrato será rescindido.
10.5.1. A aplicação da multa não ilide a aplicação das demais sanções previstas no item **10.1**, independentemente da ocorrência de prejuízo decorrente da descontinuidade da prestação de serviço imposto à Administração.
10.6. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à **Contratada**.

LEONARDO PORTO MIGNELLA:32591521808

Assinado de forma digital por LEONARDO PORTO MIGNELLA:32591521808
Dados: 2024.07.23 14:23:46 -03'00'

10.6.1. Se o valor a ser pago à **Contratada** não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, quando exigida.
10.6.2. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a **Contratada** obrigada a recolher a importância devida no prazo de **5** (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.
10.6.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela **Contratada** à **Contratante**, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
10.6.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até **10** (dez) dias úteis, contado da solicitação da **CONTRATANTE**.
10.7. Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo **118**, incisos **I** e **IV**, da Lei Federal n° **14.133/2021**.
10.8. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo **166** e **167** da Lei Federal n° **14.133/2021**, observados os prazos nele fixados.
10.9.1. No ato do oferecimento de recurso deverá ser recolhido o preço público devido, nos termos do que dispõe o artigo 17 do Decreto n° **51.714/2010**.
10-9.2. A garantia para o cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento será registrada em DIPED através do processo n° 6045.2024/0001930-3.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

11.1. Para execução deste contrato, será prestada garantia no valor de R$ 22.822,68, correspondente a importância de [5% (cinco inteiros por cento)] do valor total do contrato, sob a modalidade apólice seguro garantia nos termos do artigo 96, § 1°, da Lei Federal n° **14.133/2021**, observado o quanto disposto na Portaria SF n° **76/2019,** alterada pela Portaria SF n° **84/2023 .**
11.1.1. Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a contratada será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de **3** (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.
11.1.1.1. O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação da penalidade estabelecida na cláusula **10.2** deste contrato.
11.1.2. A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive nos termos da Orientação Normativa **2/2012** – PGM, e/ou de multas aplicadas à empresa contratada.
11.1.3. A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da Contratada, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação, nos termos da Orientação Normativa **2/2012** - PGM.
11.1.4. A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no artigo **96**, §1°, da Lei Federal n° **14.133/2021**.
11.2. A validade da garantia prestada, em seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ter validade mínima de 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias, além do prazo estimado para encerramento do contrato, por força da Orientação Normativa nº **2/2012** da PGM.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido pelo Fiscal do Contrato, em conformidade com o artigo 117 a 122 do Decreto Municipal n° **62.100/2022**.
12.2. Fica designado Gestor do Contrato a servidora **Roberta Vieira de Oliveira Santana**, Registro Funcional n° **722.425.7/2** da Supervisão Técnica de Manutenção da Subprefeitura M' Boi Mirim, que

LEONARDO PORTO MIGNELLA:32591521808
Assinado de forma digital por LEONARDO PORTO MIGNELLA:32591521808
Dados: 2024.07.23 14:23:55 -03'00'

em seus impedimentos legais será substituído pelo servidor **Antônio Carlos Ganem**, Registro Funcional n° **530.573.0.**

12.3. Fica designado Fiscal do Contrato o(a) o servidor(a) **Rosália Rodrigues dos Santos**, Registro Funcional n° **920.405.9** da Supervisão de Projetos e Obras da Subprefeitura M' Boi Mirim, que em seus impedimentos legais será substituído pelo servidor **Antônio Carlos Ganem**, Registro Funcional n° **530.573.0.**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ATENDIMENTO AO DECRETO MUNICIPAL N° 56.633/2015

13.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

14.2. Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços:

Contratante: Subprefeitura M Boi Mirim – Avenida Guarapiranga, 1.695 - Parque Alves de Lima - São Paulo/ SP - CEP 04902-015

Contratada: Guarani Indústria Comércio e Serviços Ltda - Avenida Paschoal Thomeu - Vila Nova Bonsucesso – Guarulhos/ SP - CEP 03174010

14.3. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

14.4. Fica a **Contratada**, ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

14.5. A Administração reserva-se o direito de executar através de outras contratadas, nos mesmos locais, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação.

14.6. A Contratada deverá comunicar a Contratante toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.7. No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados:

14.7.1. Os documentos para comprovação da regularidade fiscal social e trabalhista exigidos no item **15.5.2** do edital.

14.7.2. Indicação do responsável técnico pela execução dos serviços objeto do contrato, e o preposto que a representará no local dos trabalhos;

14.7.3. Anexo XIII - Declaração da não inscrição da empresa no Cadastro Informativo Municipal - CADIN, acompanhada da consulta via internet;

14.7.4. ANEXO XIV - Declaração de que se compromete a utilizar produtos de empreendimentos minerários que tenham procedência legal, nos termos do Decreto Municipal n° **48.184/2007**.

14.7.5. Instrumento público ou particular de procuração e/ou Contrato ou estatuto social do outorgante, o mesmo deverá outorgar o poder de representação, o mandante deve descriminar os atos que o mandatário pode praticar de maneira clara e minuciosa, visando todos os atos, em especial para assinatura de Termo de Contrato.

LEONARDO PORTO MIGNELLA:32591521808 Assinado de forma digital por LEONARDO PORTO MIGNELLA:32591521808 Dados: 2024.07.23 14:24:05 -03'00'

14.9. Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o edital da licitação que deu origem à contratação, com seus Anexos, Proposta da contratada e a ata da sessão pública foram inseridos no processo administrativo nº **6045.2023/0003756-3**.
14.10.O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão ao Decreto Municipal n° **62.100/2022**, Lei Federal n° **14.133/2021** e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.
14.11. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA -DO FORO
15.1. Fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.
E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, em **2** (duas) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelas partes contratantes e duas testemunhas presentes ao ato.

CONTRATANTE

JOÃO PAULO LO PRETE
SUBPREFEITO
SUB-MB

CONTRATADA

LEONARDO PORTO MIGNELLA:32591521808
Assinado de forma digital por LEONARDO PORTO MIGNELLA:32591521808
Dados: 2024.07.23 14:24:16 -03'00'

LEONARDO PORTO MIGNELLA
RG 43.728.180-2
CPF Nº 325.915.218-08
CARGO SÓCIO-DIRETOR

TESTEMUNHAS:

1) _____
GENIVALDO DOS SANTOS PEREIRA
RF: 617.701.8
SUB-MB
NOME:
RG N°:
CPF N°:

2) _____
Alexandrina G. B. Mesquita
RG 55.925.048-4 SSP/SP
CPF 032.517.261-70
RF 928.116-9
NOME:
RG N°:
CPF N°:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 6045.2023/0003756-3

OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Fornecimento de concreto usinado, brita 1 e 2, slump 5 + ou – 1cm, *Fck* = **25,0 MPa e** *Fck* = **30,0 MPa**.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Justificamos a requisição pela demanda existente em nossa caixa de solicitações do Sistema de Gestão de Zeladoria (SGZ), vistorias realizadas pelos técnicos dessa STM, bem como de análise dos serviços realizados em exercícios anteriores a saber: construção, manutenção ou reparos de peças estruturais como sarjetas, sarjetões, poços de visita, bocas de lobo, pavimentação etc., ou usos ocasionais, tais como, lajes, vigas, pilares, blocos de fundações, estacas, sapatas, vigas parede, muro de arrimo, pisos, guias, entre outros.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

CONCRETO USINADO, BRITA 1 E 2, SLUMP 5 + OU – 1cm, *Fck* = **25,0 MPa**, consumo médio mensal de 20 m³ por mês (vinte metros cúbicos).

CONCRETO USINADO, BRITA 1 E 2, SLUMP 5 + OU – 1cm, *Fck* = **30,0 MPa**, consumo médio mensal de 50 m³ por mês (cinquenta metros cúbicos).

O concreto usinado a ser fornecido com resistências descritas acima é utilizado na construção, manutenção e reparos de peças estruturais como: sarjetas, sarjetões, poços de visita, bocas de lobo, pavimentação ou usos ocasionais tais como lajes, vigas, pilares, blocos de fundações, estacas, sapatas, vigas parede, muro de arrimo, pisos, guias, entre outros. A resistência mínima necessária, conforme o uso desta STM, é a *fck*= 25,0 MPa. O *fck*= 30,0 MPa será utilizado de acordo com a necessidade de concreto de maior resistência para suportar impactos mais intensos sobre as peças estruturais. O fornecimento será prestado no Município de São Paulo, na área sob jurisdição da Subprefeitura M'Boi Mirim.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

Condições Gerais

O fornecimento do concreto usinado deverá efetuar-se considerando o que segue:

A disposição e mistura dos materiais (aglomerante, agregados, água e, quando necessário, aditivos) dosados nas suas usinas em suas quantidades ideais para atingir os parâmetros de resistência e plasticidade exigidos por normal e atendendo as especificações dos padrões previstos no item 2.1 da norma ABNT NBR 7212:2012.

Transporte do material em caminhão "betoneira" da usina até o local de aplicação, respeitando-se os limites de tempo de pega até a descarga na obra, sendo que o raio no máximo de 20 km de distância da usina até a obra.

Um pedido (caminhão) só poderá ser entregue em um único local, não sendo permitido o fracionamento do caminhão.

O tempo de aplicação contado a partir do momento da dosagem do concreto na usina, até o final da aplicação no local de entrega, não poderá ser superior a 2h30 (duas horas e trinta minutos).

LEONARDO PORTO MIGNELLA:32591521808 Assinado de forma digital por LEONARDO PORTO MIGNELLA:32591521808 Dados: 2024.07.23 14:24:25 -03'00'

Por motivos técnicos, a adição de água do concreto após a sua dosagem, somente será permitida mediante autorização por escrito do responsável técnico designado.

A unidade de medida a ser utilizada será a de metros cúbicos (m^3).

Remessa mínima: 5 m^3 (cinco metros cúbicos).

O concreto deverá ser entregue nos locais designados pela Unidade Requisitante com tempo hábil para a aplicação, respeitando-se as normas técnicas 2.1 da norma ABNT NBR 7212:2012 e suas atualizações.

O concreto somente será fornecido no horário comercial, a saber: de 2ª a 6ª feira das 8:00 às 17:00 horas e, aos sábados das 8:00 às 11:00 horas.

O concreto não será bombeado

O detalhamento das especificações dos itens deste Termo de Referência figuram como Anexo I – Especificações Técnicas da Solução.

O compromisso do fornecimento só estará caracterizado após o recebimento da Requisição/Pedido, ou instrumento equivalente, devidamente emitido pela Unidade Requisitante.

A Requisição/Pedido ou instrumento equivalente deverá obrigatoriamente conter: data, número do processo, número do termo de contrato, número da Nota de Empenho, quantidade e especificação técnica do material solicitado, valor, locais de entrega, assinatura do responsável pela Unidade Requisitante.

A contratada fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do ajuste, observados os limites de quantidades estipulados.

O prazo máximo para programação de entrega do material, objeto do pedido, é de **5 (cinco dias úteis)**, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da Requisição/Pedido ou instrumento equivalente, pela contratada, devendo o material atender as normas técnicas contidas nas especificações.

Os técnicos da Unidade Requisitante poderão recusar o material entregue, às expensas da Contratada, e recusar seu recebimento quando em desacordo com as especificações solicitadas.

Corre por conta da Contratada qualquer prejuízo causado ao material em decorrência do transporte.

Eventuais danos às instalações e equipamentos da PMSP decorrentes da entrega do material deverão ser ressarcidos e/ou reparados pela contratada, não cabendo qualquer contestação ou ônus a PMSP.

Por ocasião do recebimento deverão ser obedecidos os critérios estabelecidos na Portaria nº 065/17-SMG de 10/06/2017.

A Contratada deverá ser produtora de concreto usinado para o fornecimento do material com capacidade técnica de atender as especificações gerais e específicas previstas no Termo de Referência.

LEONARDO PORTO MIGNELLA:32591521808

Assinado de forma digital por LEONARDO PORTO MIGNELLA:32591521808
Dados: 2024.07.23 14:24:35 -03'00'

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO NORMAS TÉCNICAS

Deverá ser observada as normas da ABNT e todas as suas atualizações, em especial as NBR 7212:2012 ("Execução de Concreto Dosado em Central"), 12665/2015 ('Concreto – Preparo e Controle), 5738/2015, 6118/2014, 15823/2017 e 15900/2009

ENSAIOS DE ABATIMENTO (SLUMP)

Deverá ser verificado o "SLUMP" (abatimento) do concreto usinado na obra, a ser realizado no ato da entrega do concreto na obra e em conformidade com a norma da ABNT. Deverá ser realizado ensaios de consistências pelo abatimento do tronco de cone, conforme a NBR NM 67:1998 ou pelo espalhamento do tronco de cone, conforme NBR 15823-2:2017.

O SLUMP convencional, para todos os itens deve ser de 5 +/-1cm.

Deverá ser realizado ensaios de consistências pelo abatimento do tronco de cone, conforme a NBR NM 67:1998 ou pelo espalhamento do tronco de cone, conforme NBR 15823-2:2017.

ENSAIOS DE CONTROLE DE ACEITAÇÃO:

A contratada deverá colher amostragens de "corpos de prova" antes e durante a concretagem e providenciar às suas expensas a realização de ensaios laboratoriais de resistência à compressão aos 7 (sete) e 28 (vinte e oito) dias corridos, os quais deverão ser entregues à fiscalização da PMSP tão logo da obtenção dos resultados para verificar a qualidade e uniformidade do concreto.

Sempre que exigido, a Contratada deverá apresentar atestados de ensaios laboratoriais atualizados (prazo não superior a 30 (trinta) dias dos materiais componentes do concreto (cimento, pedra e areia) em conformidade com a norma da ABNT, inclusive laudo álcali-agregados dos materiais componentes do concreto do ano em curso.

Para cada tipo e classe de concreto a ser colocado em uma estrutura devem ser realizados os ensaios de controles previstos.

Os resultados dos ensaios de resistência, conforme NBR 5739/2018, realizados em amostras formadas, devem servir para a aceitação ou rejeição dos lotes.

Deverão ser moldados os corpos de prova conforme previsto em normas, bem como a realização dos testes de compressão dos mesmos as custas da contratada, que deverá fornecer os resultados elaborados por laboratório especializados e credenciados junto a ABNT e ABC.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Certidão(ões) ou atestado(s), fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m), isoladamente ou somados, desde que concomitantes, dentro do período de 12 (doze) meses, capacidade de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo total estimado para cada lote, de fornecimento de concreto usinado.

As certidões ou atestados deverão informar a data ou o período de fornecimento, a fim de se aferir a capacidade mensal.

No caso de certidão(ões) ou atestado(s) fornecidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, o(s) mesmo(s) deverá(ão) ser acompanhado(s) de cópia do competente contrato, devidamente autenticado, salvo se expedido(s) por órgão ou empresa da Administração Pública Indireta.

LEONARDO PORTO MIGNELLA:32591521808 Assinado de forma digital por LEONARDO PORTO MIGNELLA:32591521808 Dados: 2024.07.23 14:24:45 -03'00'

Os Atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, no original ou cópia devidamente autenticada, assinado(s) e com a identificação do representante legal que o(s) subscrevem.

Declaração formal expedida pela licitante de que fornecerá material de boa qualidade, dentro das especificações solicitadas, bem de como de sua capacidade de fornecimento à PMSP da quantidade mínima do material objeto do certame.

LEONARDO PORTO MIGNELLA:32591521808 Assinado de forma digital por LEONARDO PORTO MIGNELLA:32591521808 Dados: 2024.07.23 14:24:57 -03'00'